

Mafalda Botelho
K

ACTAS

21

ACTA NÚMERO ONZE

No dia 26 de Abril de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas, realizou-se, na Rua Bernardo Lima n.º 35 1º D, em Lisboa, conforme convocatória do Presidente da Assembleia Geral, a reunião extraordinária da Assembleia Geral da FPP - Federação Portuguesa de Padel, entidade de Utilidade Pública Desportiva, conforme despacho n.º 2529/2017, associação de direito privado, sem fins lucrativos, com o número de pessoa colectiva 510.234.640. _
Encontravam-se presentes na Mesa da Assembleia Geral, o Presidente José Eugénio Dias Ferreira, e, na ausência da Secretária Clara Maria Carreira, foi integrada na mesa, em sua substituição, Mafalda Botelho. Encontravam-se igualmente presentes o Presidente da Direcção, Ricardo Oliveira, acompanhado do advogado da FPP, Carlos André Dias Ferreira, Gonçalo Raposo Cruz, ROC efectivo, representante da BDO, acompanhado por Ricardo Garcia, e os delegados representantes dos clubes e dos jogadores, conforme lista de presenças. _____

A reunião extraordinária da Assembleia Geral foi declarada aberta pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, às dezoito horas e quarenta minutos, após verificação do quórum de funcionamento, nos termos legais e regulamentares. Os trabalhos foram iniciados com a presença de 11 Delegados em sala e 2 Delegados através de vídeo conferência, Ana Júlia Lopes e Ricardo Duarte, com a seguinte ordem de trabalhos: _____

1. Apresentação, discussão e votação da acta da reunião da Assembleia Geral de 15 de Fevereiro de 2018. _____
2. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Actividade e as Contas do exercício do ano de 2017. _____
3. Apresentação, discussão e votação das rectificações ao Orçamento aprovado para o exercício do ano de 2018. _____

HA P. Ribeiro
f

ACTAS

22

4. Apresentação, discussão e votação da rectificação da Tabela de Taxas para o ano de 2018, no sentido de clarificar as taxas aplicadas às inscrições nas ligas. _____
5. Eleição de Tiago Ribeiro dos Santos, como novo membro da Direcção, por proposta desta, na sequência da renúncia ao mandato por parte de José Ventura Sande, nos termos do nº 4 do artigo 25º dos Estatutos. _____
6. Eleição de Tiago Vaz de Oliveira, como novo membro da Direcção, por proposta desta, na sequência da renúncia ao mandato por parte de Alberto Formigal, nos termos do nº 4 do artigo 25º dos Estatutos. _____
7. Outros assuntos. _____

O Presidente da Mesa saudou os 11 Delegados presentes em sala e os 2 Delegados presentes por vídeo conferência. _____

Dando início ao **PRIMEIRO PONTO** da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa perguntou aos Delegados se pretendiam que fosse efectuada a leitura da Acta da Assembleia Geral de dia quinze de Fevereiro do presente ano. Os Delegados dispensaram a leitura da mesma. Posta à votação, a Acta número dez foi aprovada por unanimidade. _
Passando ao **PONTO DOIS** da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Direcção da FPP, que explicou que este foi o primeiro ano em que a FPP teve que prestar contas ao IPDJ. Informou que esteve um funcionário da FPP na Contabilidade, durante duas semanas, a ajudar a organizar as contas nos respectivos Centros de Custos. O facto de a FPP ter agora um ROC também é uma questão complicada, pois não estava habituada a prestar contas também ao ROC e foi bastante difícil acabar o Relatório e Contas de 2017. As contas foram analisadas exaustivamente pelos Revisores. O Presidente informou que é expectável que a apresentação das Contas de 2018 já decorra com outra brevidade. _____

O Presidente da Mesa deu a palavra aos Delegados sobre o Relatório e Contas de 2017. Os Delegados não quiseram solicitar esclarecimentos. Foi dada a palavra ao ROC efectivo, representante da BDO, Dr. Gonçalo Raposo, que informou aos presentes que o processo de Certificação das contas foi encerrado pouco antes da Assembleia Geral. O prazo limite

A. B. S. S.
↓

ACTAS

23

estatutário é trinta e um de Maio, mas o prazo de quinze de Abril é o prazo imposto pelo IPDJ às várias Federações. Estatutariamente, estamos dentro do prazo. O parecer deve constar no Relatório e Contas da Federação. O Representante da BDO quis apresentar duas notas técnicas da conclusão do parecer. A primeira é a de que os capitais próprios da Federação são negativos, em cerca de dez mil euros, ou seja, os passivos são superiores aos activos em cerca de dez mil euros, o que implica um esforço óbvio de tesouraria. O resultado do ano é positivo em cerca de dois mil e duzentos euros. A segunda nota tem a ver com um processo de melhoria contínua. Há duas rúbricas nas contas das quais não podem deixar de dar nota. Há um conjunto de valores recebidos de clientes/entidades, cujos proveitos estão nas contas, mas que ainda não foram facturados por questões operacionais. O valor ronda os trezentos e seis mil euros. Concluíram, juntamente com a Direcção e, mais em concreto, com os serviços de Contabilidade, que esta situação esteja regularizada no exercício de 2018. Estima-se que, o montante de noventa mil euros diga respeito ao exercício de 2016 e o restante ao exercício de 2017. A terceira nota técnica que deixam é a de que este é o primeiro ano em que as demonstrações financeiras estão sujeitas a Revisão Legal das Contas. O parecer será disponibilizado ao IPDJ juntamente com as Contas, a chamada Certificação Legal das Contas. _____

O Presidente da Federação pediu a palavra para esclarecer os presentes sobre o processo de facturação que se encontra atrasado, explicando que a Federação tem que facturar todas as inscrições dos jogadores nos torneios do Circuito. _____

O Representante do ROC salientou que todos os valores estão suportados, listados, reconciliadas e identificados. Todos estes proveitos encontram-se nas contas. O único processo que está pendente é a emissão de factura, o que não deixa de ser importante, até para não acumular valores. _____

Neste momento, entraram os Delegados Rui Faria e Nuno Costa Campos, representantes dos Clubes. _____



ACTAS

24

O Presidente da Mesa questionou os presentes se tiveram conhecimento do Parecer do Conselho Fiscal. Os Delegados informaram que não receberam este documento. O Presidente da Mesa passou a ler o mesmo aos Delegados presentes. _____

“Parecer do Conselho Fiscal _____

Período de 2017 _____

Exmos. Senhores Delegados _____

De acordo com o artigo 40º, alínea a) dos estatutos da **Federação Portuguesa de Padel**, vimos submeter à apreciação dos Senhores Delegados o nosso parecer, que emitimos com base, no exame efectuado ao relatório e às contas anuais bem como em resultado do acompanhamento da actividade ao longo do período, nos termos das nossas competências. _____

RESPONSABILIDADES _____

É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Federação, o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. _____

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, baseada em verificações por amostragem ao longo do período e no exame daquelas demonstrações financeiras. _____

ÂMBITO _____

Este parecer tem como base as conclusões da actividade fiscalizadora, efectuada com a regularidade que achamos apropriada e necessária, validada através da verificação do registo contabilístico das transacções mais significativas e da respectiva documentação de suporte, a partir de balancetes mensais e outra documentação apresentada regularmente a este Conselho Fiscal pela Direcção. _____

Verificamos a exactidão e conformidade das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2017, incluídas no relatório e contas de 2017 da FPP, elaboradas pela Direcção e corroboradas pelo TOC. _____

AFB
k

ACTAS

25

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Federação Portuguesa de Padel em 31 de Dezembro de 2017 e o resultado das suas operações, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, tendo como referencial o regime de normalização contabilístico para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

Assim, nos termos do nº 2 do artigo 49º dos estatutos, entendemos que a Assembleia-Geral de Delegados deve aprovar o Relatório e as contas do exercício de 2017 apresentado pela Direcção.

O Conselho Fiscal congratula-se pela excelente colaboração e qualidade da informação prestada a este Conselho Fiscal pela Direcção e TOC, comprovado pela qualidade do Relatório e contas apresentado.

Lisboa, 24 de Abril de 2018

O Presidente do Conselho Fiscal

António Martins da Cruz”

Após a leitura do Parecer do Conselho Fiscal, o Presidente da Mesa questionou os presentes sobre alguma questão que pretendessem colocar. O Delegado Rui Pimenta manifestou que se iria abster, pois não teve oportunidade de ler o Relatório e Contas, solicitando uma maior antecipação no envio dos documentos.

Posto à votação, o Relatório de Actividade e as Contas do exercício do ano de 2017, foi aprovado por maioria dos delegados presentes, com apenas uma abstenção e nenhum voto contra.

Passando ao **PONTO TRÊS** da ordem de trabalhos, tomou a palavra o Presidente da Direcção, Ricardo Oliveira, para explicar que a necessidade de rectificação ao Orçamento se deve a um erro, que assume, pois o Orçamento aprovado em Assembleia Geral não estava a reflectir, em duas rubricas, os valores enviados ao IPDJ, designadamente, na Formação de Recursos Humanos, onde constavam 40.530€ e passaram a constar 97.500€,

AFB
✓

ACTAS

26

e no Plano Nacional de Ética Desportiva, onde constavam 5.000€, constando agora 6.735,75€ . Pediu desculpa por esta situação. _____

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Delegado Filipe Freitas, que questionou como se vão reflectir estes custos nos proveitos. _____

O Presidente da Federação esclareceu que estes valores entram como custos, mas serão anulados com as receitas. _____

Posta à votação a proposta de rectificações ao Orçamento aprovado para o exercício do ano de 2018, a mesma foi aprovada por unanimidade. _____

Passando ao **PONTO QUATRO** da ordem de trabalhos, tomou a palavra o Presidente da Direcção para informar que a alteração se deu ao nível do “design”, para se clarificarem as dúvidas que, por vezes, surgiam. Também se separaram os torneios jovens, colocando o valor das inscrições nos torneios em 10€, a pedido dos clubes, pois manifestaram que 5€ era um valor muito baixo. Não há efectivamente alterações de maior na Tabela de Taxas. _____

O Delegado Rui Pimenta pediu a palavra para questionar se o clube que pede a emissão de licença de uma prova tem sempre duas hipóteses, ou seja, se pode pedir a emissão de um parecer ou a homologação da prova. No caso da homologação paga 7,5% sobre o valor das inscrições, no caso do parecer está isento de pagamento. _____

O Presidente da FPP disse que, se estiver tudo dentro dos requisitos, depois de analisado o Regulamento da prova, e outros documentos ou informações, que podem ser solicitados, se estiver tudo dentro dos requisitos, é emitido um parecer favorável. Deu como exemplo a Liga Padel She, que solicitou a emissão de parecer à Federação. A FPP não se responsabiliza pelo que acontece na Liga, apenas emitiu um parecer sobre a mesma. _____

O Delegado Rui Pimenta questionou se há diferenças no caso de serem clubes ou empresas/entidades a organizarem as provas. _____

O Presidente da Federação esclareceu que os clubes têm o direito de organizar as Ligas que quiserem, enviando uma declaração em como se comprometem a que participem

FPB de 2010
f

ACTAS

27

apenas jogadores com seguro desportivo. Após a recepção desta declaração a FPP emite uma licença. Quanto às empresas tem que ser pedido um parecer, a FPP avalia e emite o mesmo. _____

O Delegado Rui Pimenta disse ser uma novidade a possibilidade de solicitar a homologação ou um parecer sobre a realização de Ligas. _____

O Presidente da Direcção referiu que, no caso das Ligas, sempre houve a possibilidade de solicitação de emissão de parecer ou o pedido de homologação da prova. _____

O Delegado Rui Pimenta afirma que, na sua opinião, nem sempre foi assim. Na sua opinião, o próprio Regulamento Geral da FPP não menciona o pedido de parecer, apenas fala no pedido de homologação. _____

O Presidente da FPP afirmou não saber se é obrigado a responder a esta questão, mas, se o Presidente da Mesa assim entender, responde. Afirma que esta questão nunca foi diferente e que o que deveria estar a ser discutido neste ponto é a Tabela de Taxas e não os interesses próprios de um Delegado. Todas as outras Ligas entenderam como devem agir, já existem duas Ligas com parecer positivo. Afirma que os Delegados representantes dos Jogadores foram eleitos pelos jogadores filiados que pagam quotas. A FPP não persegue a Liga Padel Box, apenas exige que cumpra a lei e o que está estipulado e aprovado em Assembleia Geral. Nunca a FPP disse que cobrava pela emissão de um parecer, como foi escrito na carta de resposta dessa Liga. Se a Liga Padel Box pretender a emissão de um parecer, apenas tem de o solicitar à Federação. Essa Liga diz não ter pedido a emissão do mesmo por entender não cumprir os três requisitos cumulativamente. A Federação discorda da sua visão. O que está aqui em causa é o parecer. A FPP já reuniu, ao contrário do que essa Liga e o seu organizador afirmam. _____

O Presidente da Mesa interrompeu para esclarecer que é da opinião de que uma das vantagens das assembleias delegadas se prende com o facto de se poder discutir com alguma liberdade e, como são poucas as Assembleias Gerais, entende que deva ser dada uma certa margem, mas, neste caso, vai ter que intervir, pois já se apercebeu que sistematicamente se entra neste tipo de discussão, ultrapassando a ordem de trabalhos.

14.1.2018
f

ACTAS

28

O Delegado Filipe Freitas afirmou que o Ponto Quatro menciona discussão das Ligas. _____

O Presidente da Mesa questionou se, dentro deste âmbito, já estava tudo esclarecido. _____

O Delegado Rui Pimenta afirmou que se tivesse ficado evidente a possibilidade de pedido de emissão de parecer para as Ligas não levantaria a questão. Na sua opinião, se houvesse essa possibilidade de pedido de parecer, não tinha sido enviada uma carta a exigir o pagamento de uma taxa e a obrigar a homologar a Liga Padel Box. Informou que reuniram em Abril de 2017, onde se discutiu o conceito e não se discutiu em detalhe. O Delegado afirmou que este assunto sempre foi tratado “dentro de portas” pela Liga, a FPP é que optou por o tornar público. Entende que a sua legitimidade é dada pela quantidade de reacções de alguns jogadores. Essas reacções demonstram, no seu entender, que este assunto interessa a mais pessoas. O Delegado questionou quais são os critérios de aprovação. _____

O Presidente da Direcção respondeu que os critérios são subjectivos. Afirmou que este ano se considera como um período de transição. Informou que as decisões são tomadas pela Direcção, pesando os prós e contras, pois a Federação intervém em muitas áreas. O Presidente da FPP é quem responde perante a Lei e, sabendo que existem clubes que não têm seguro, pretende-se evitar problemas. A opção do “Praticante” foi criada para que mais pessoas tenham acesso ao seguro da prática desportiva. O ano de 2018 é transitório e, em 2019, só serão homologadas e só serão emitidos pareceres positivos apenas nas provas que sejam limitadas a jogadores/praticantes filiados, pois queremos todas as pessoas em segurança. Este é o caminho que a FPP pretende percorrer. Como a FPP não tem legitimidade para exigir prova de seguro, a opção é impor que os jogadores participantes tenham seguro, através da obrigatoriedade de filiação. Informou os presentes que houve uma operação chamada “Bola na Rede”, que fiscalizou os clubes da zona norte, onde foram descobertos clubes que não tinham seguro, nem licença de espaço desportivo. Para poder emitir um parecer positivo, tem que se garantir que todos os jogadores tenham seguro. Alguns clubes já estão neste momento a reduzir o seguro e a exigir que todos os jogadores sejam filiados. O Presidente afirmou ainda ter

Raf Padel
/

ACTAS

29

conhecimento de que existe um novo clube em Lisboa, que não cumpre com todas as normas de segurança nas suas instalações, e que o mesmo será informado por escrito dessa situação pela FPP. _____

O Delegado João Castro Moreira pediu a palavra para afirmar que também não ficou com a ideia da existência da possibilidade de pedido de emissão de parecer. Afirmou que concorda que o Delegado Rui Pimenta defenda a sua Liga, mas entende que também deverá defender que todos os jogadores sejam filiados. _____

O Presidente da FPP afirmou que está escrita na lei a possibilidade de pedido de emissão de parecer. _____

O Delegado João Castro Moreira questionou se a Liga Padel Box poderá solicitar a emissão de um parecer. _____

Tomou a palavra o Presidente da Direcção, esclarecendo que qualquer empresa que organize eventos de Padel, em qualquer altura, poderá requerer o parecer. A FPP analisa, poderá solicitar mais documentos e/ou informações e emite o parecer, de forma gratuita. O Presidente da Direcção lembrou os Delegados que os mesmos podem solicitar que sejam colocados pontos na ordem de trabalhos das Assembleias Gerais, mas até hoje nunca o fizeram. _____

O Delegado Ricardo Duarte, que se encontra presente através de vídeo conferência, afirmou que a qualidade da transmissão não está a decorrer nas melhores condições, o que não lhe permite dar a sua opinião. Sugeriu que a Federação crie, futuramente, uma sala de vídeo conferência com condições. _____

O Presidente da Mesa afirmou que a Direcção deverá tratar dessa situação, se assim o entender, e solicitou ao Delegado que se manifeste sempre que deixar de ouvir o que é dito, no decorrer da Assembleia Geral. Na sua opinião, as Assembleias Delegadas devem ser presenciais, mas os estatutos da FPP permitem a participação por vídeo conferência. A Delegada Ana Júlia Lopes, igualmente presente através de vídeo conferência, afirmou estar a ouvir em perfeitas condições. _____

Ata de 2018
↓
18

ACTAS

30

Posta à votação a rectificação da Tabela de Taxas para o ano de 2018, a mesma foi aprovada por unanimidade. _____

Passando para o **PONTO CINCO** da ordem de trabalhos, o Presidente da Federação tomou a palavra para informar os presentes que o Director José Ventura Sande, por motivos de ordem pessoal, não tem podido dar um contributo maior à Direcção da FPP e, por esse motivo, renunciou ao mandato. Foi indicado o nome Tiago Ribeiro dos Santos que poderá exercer a função com maior disponibilidade. _____

O Presidente da Mesa esclareceu os presentes sobre a diferença que existe entre colocar o lugar à disposição e o pedido de demissão. Informou os presentes de que o pedido de renúncia deverá ser dirigido ao Presidente da Mesa, e, apesar de ambos os pedidos de renúncia, constantes da ordem de trabalhos, não estarem dirigidos ao Presidente da Mesa, aceita os mesmos. _____

Neste momento, o Delegado João Castro Moreira saiu da Assembleia Geral. _____

O Presidente da Mesa solicitou que seja considerada a alteração da menção ao nº 4 do artigo 25º para nº 5 do artigo 25º dos Estatutos, nos pontos cinco e seis da ordem de trabalhos, por se ter tratado de um lapso de escrita. _____

Posta à votação dos Delegados a eleição de Tiago Ribeiro dos Santos como membro da Direcção da FPP, este foi eleito por unanimidade. _____

Passando ao **PONTO SEIS** da ordem de trabalhos, o Presidente da Federação tomou a palavra para informar os presentes que o Director Alberto Formigal, por motivos de ordem pessoal, renunciou ao mandato. Para sua substituição, é proposto Tiago Vaz de Oliveira, que poderá disponibilizar mais do seu tempo para a Direcção da FPP. _____

Posta à votação dos Delegados a eleição de Tiago Vaz de Oliveira como membro da Direcção da FPP, este foi eleito por unanimidade. _____

Passando ao **PONTO SETE** da ordem de trabalhos, pediu a palavra o Presidente da Direcção para informar os Delegados da existência de comportamentos menos correctos, por parte de jogadores filiados, nos torneios. O Presidente informou que as situações que chegam à FPP são encaminhadas para o Conselho de Disciplina, mas o mesmo não actua,

FPP de Lisboa
K

ACTAS

31

não se pronuncia. Esta situação é má para a modalidade. Existem comportamentos que são inadmissíveis para com o público, árbitros, e essas situações não podem acontecer. O Presidente informou que já foi introduzido o “warning” no nível 1, mas há situações que decorrem fora do jogo e que têm que ser sancionadas e existem situações de indisciplina também nos outros níveis. O Presidente questionou se, caso o Conselho de Disciplina entenda não se demitir, se é possível ser demitido. _____

O Presidente da Mesa sugeriu que fosse efectuada mais uma chamada de atenção ao Conselho. Caso não haja resultados, deverá ser dirigida uma carta ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e, em simultâneo, enviar uma cópia a todos os Delegados, e dar conhecimento ao Conselho de Disciplina do que vai ser feito, para se evitar que seja a Assembleia Geral a demitir o Conselho. Na sua opinião, esta situação deverá ser esclarecida rapidamente, pois tem que haver disciplina. A Utilidade Pública Desportiva a isso obriga. Essa é uma das razões pelos quais os atletas devem ser filiados, para a Federação poder actuar. _____

O Presidente da Direcção afirmou que a Federação não tem actuado, pois não existe um Conselho de Disciplina activo. _____

O Advogado da FPP, Carlos André Dias Ferreira, esclareceu que, para ser possível a destituição, tem que ser efectuada uma proposta fundamentada por um terço dos Delegados da Assembleia Geral. Afirmou que se poderia recorrer ao Tribunal Arbitral do Desporto, mas como as situações são bastantes, tal teria custos bastante elevados. _____

O Delegado Pedro Sousa, representante dos jogadores, solicitou a palavra para transmitir sugestões de jogadores sobre o “qualify” e sobre o critério de inscrição nas provas, onde actualmente é mais valorizada a hora de inscrição do que o ranking. _____

Pedi a palavra o Presidente da Direcção para informar que, começando pela segunda questão, o critério já foi o do ranking, mas recebiam muitas queixas dos jogadores que participam com mais frequência nos torneios sociais, pois inscreviam-se nas provas e não conseguiam entrar por não terem ranking. Essa situação foi alterada para dar oportunidade a todos. Poderá voltar a ser alterado, solicitando aos Delegados para que

Handwritten signature and initials: "Handwritten signature" and "K" with an arrow pointing to the signature.

ACTAS

32

essa situação seja colocada como ponto na ordem de trabalhos na próxima Assembleia Geral, mas só poderá ser implementada em 2019. Relativamente ao “qualify”, como se poderia resolver essa situação se, quando os jogadores se inscrevem, não se sabe até onde eles jogam. Essa situação era muito complicada, pois interfere com a facturação, iria diminuir as receitas dos clubes, iria complicar os fechos das contas das provas com os clubes. _____

O Delegado representante dos Árbitros, Luís Santos, questionou como está a atribuição dos pontos das prévias, pois muitos jogadores deixaram de jogar por não lhes estarem a ser atribuídos pontos nas prévias e o Regulamento da FPP prevê essa situação. Na sua opinião, tanto a Federação como os próprios clubes saem prejudicados com esta situação. Neste momento, saíram da sala os Delegados Joana Rebelo e Filipe Freitas. _____

O Presidente da Federação tomou a palavra para explicar que essa situação está prevista no desenvolvimento do software informático, mas não poderá avançar uma data, pois todas as implementações estão muito mais demoradas do que o inicialmente previsto. Foi dada prioridade ao desenvolvimento do sistema de facturação. _____

O Delegado Rui Pimenta pediu a palavra para transmitir um pedido de esclarecimento de vários jogadores sobre a suspensão dos jogadores Diogo Rocha, João Bastos e Diogo Schäefer da Selecção. _____

O Presidente da FPP esclareceu que os atletas em questão não se encontram suspensos, até porque a FPP não pode suspender ninguém, pois não tem um Conselho de Disciplina activo neste momento. O Seleccionador Nacional reuniu-se com a Directora de Selecções e com o Presidente da Direcção. Como o Seleccionador não conhece o panorama do Padel nacional, mas curiosamente conhece bem esses três jogadores, entende que tem que ser elaborado um programa de preparação para o Mundial no Paraguai e, para isso, tem que conhecer os valores do Padel nacional que estão neste momento a emergir. Houve um consenso entre o Seleccionador Nacional, a Directora de Selecções e o Presidente para observar, neste primeiro estágio, os jogadores que o Seleccionador ainda não conhece, retirando da convocatória o jogador Diogo Rocha, que se encontra lesionado, o jogador

APB
/

ACTAS

33

João Bastos, que estava com um problema com o horário da viagem, e o jogador Diogo Schaefer. O Presidente lembrou que os jogadores não têm lugar cativo na Selecção em nenhuma modalidade. No estágio de jovens, que vai decorrer este fim-de-semana, vai acontecer a mesma situação. O Seleccionador entendeu que não quer que estejam presentes os melhores dos Sub 14, Sub 16 e Sub 18. Estes estágios têm um âmbito de observação. Quando se entrar em modo de preparação das várias competições internacionais, o grupo será restrito aos seleccionáveis e serão convocados os melhores. Nas senhoras, foi seguido o mesmo princípio, mas, neste caso, não existem tantas opções de jovens seleccionáveis. Os atletas conhecem os critérios aplicáveis, setenta e cinco por cento refere-se à posição de ranking e vinte e cinco por cento dizem respeito aos critérios do Seleccionador. _____

Neste momento, saiu da sala o Delegado Rui Gomes. _____

O Delegado Rui Pimenta questionou se existem diferenças entre o seguro do jogador e do praticante e onde se poderão obter informações sobre a sua cobertura. _____

O Presidente da Direcção esclareceu que os seguros são iguais, e que poderá encontrar informações sobre as condições gerais no site da FPP. _____

O Delegado Rui Pimenta questionou em que ponto se encontra o Centro de Alto Rendimento do Jamor, o que está previsto e qual o conceito. _____

O Presidente da FPP informou que todos os jogadores que fazem parte da Selecção Nacional, que estão no Top 12 Seniores Masculinos e Femininos, podem deslocar-se gratuitamente ao CAR, levando o seu treinador ou recorrendo ao treinador que lá está à sua disposição. Têm que previamente informar a FPP para agendarem a avaliação inicial.

O delegado Rui Pimenta esclarece que a sua questão se prende com os planos de instalação no Jamor. _____

O Presidente da FPP respondeu que, relativamente aos planos de instalação no Jamor, a Federação entendeu que deveria ter um espaço onde poderia realizar os seus principais torneios, eventos, treinos e estágios, para não depender da boa vontade dos clubes. Uma vez que todas as outras modalidades têm um espaço no Jamor, a Federação abordou o

Rafael
/

ACTAS

34

Secretário de Estado e o IPDJ para que uma área que se encontra disponível no Jamor seja cedida à Federação durante dez anos, renovados a cada dez anos. Existe um parecer favorável informal. Depois de cedido o espaço, a Federação poderá desenvolver o projecto que entender. Esse projecto não poderá ser desenvolvido apenas pela Federação. Será efectuada uma proposta à Assembleia Geral e os Delegados votarão esse projecto. Existe um “player”, que é o João Lagos, que se movimenta bem nesta esfera e que está a ajudar a Federação a desbloquear o processo que, por norma, é um processo que demora cerca de vinte anos a dar frutos. O Lagos tem como interesse investir neste projecto de investimento. O projecto vai ser transmitido aos clubes circundantes para poderem decidir participar ou não neste projecto. A Federação quer um espaço para realizar as suas provas, os seus treinos, estágios. Tem que ser decidido o modelo de gestão deste mesmo projecto. A FPP não vai ser concorrente dos clubes. Estes processos são muito morosos pois envolvem muitas entidades. _____

O Delegado Rui Pimenta questionou qual o interesse do Lagos na intermediação. _____

O Presidente da Direcção respondeu que o Lagos tem como interesse fazer parte do projecto de investimento que será realizado. Imagine-se que os clubes não têm capacidade para avançar, a Federação não poderá parar este processo. A FPP, ao contrário das outras federações, pretende dar hipótese aos clubes de participarem neste projecto. _____

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Delegado Ricardo Duarte. _____

Neste momento, entrou o Delegado Cláudio Cufre. _____

O Delegado Ricardo Duarte transmitiu aos presentes que o Padel não acontece apenas em Lisboa e no Porto. Na sua opinião, é importante perceber que existem vários clubes no Algarve. Este é o segundo ano em que o clube MyCenter está filiado na FPP e o Presidente da Direcção ainda não se deslocou às instalações do mesmo, em Faro. Na sua opinião, era importante que o Presidente se deslocasse aos clubes, uma vez que delega para si grande poder de decisão. Na sua opinião, também era importante que o

Handwritten signature: A. B. de...
Handwritten mark: K

ACTAS

35

Presidente estivesse disponível quando os presidentes de clubes e delegados das zonas fora da região de Lisboa se deslocam à capital e se conseguisse reunir com os mesmos. __
Solicitou que fosse estudada a hipótese de os Delegados da Assembleia Geral, que venham fora da zona de Lisboa, para poderem estar presentes nas Assembleias, sejam ajudados financeiramente. O clube MyCenter é o maior em termos de formação de jovens na região do Algarve. Relativamente ao Seleccionador Regional, o Delegado afirmou não saber se existe, e, se existe, não sabe quem é, pois nunca se deslocou ao clube MyCenter para verificar o trabalho de formação que o clube está a desenvolver. Relativamente ao Padel Escolar, informou que foi apresentado o projecto há meses, mas até hoje não chegaram raquetes e bolas aos clubes do Algarve, apesar de haver muitas turmas interessadas em fazer as acções. É fundamental descentralizar estas situações, caso contrário, como a Federação não consegue dar resposta a estas questões, sujeita-se a que sejam criadas associações regionais. Relativamente ao sistema informático, a Federação não pode estar dependente de um programador, tem que criar uma parceria na área da informática que desenvolva devidamente o portal. O delegado aproveitou ainda para agradecer a oportunidade de estar presente na Assembleia Geral, via vídeo conferência. O Presidente da FPP agradeceu a frontalidade das opiniões do Delegado. Informou que já recebeu dois ou três e-mails da sua parte, e transmitiu aos membros da Direcção as suas críticas construtivas, às vezes num tom agressivo, mas sem ser mal educado. O Presidente da FPP informou que tem estado a descentralizar as várias intervenções dentro dos vários pelouros e que não é o Presidente que decide tudo. O mesmo não pode estar em todo o lado, e, por isso, existem Directores nas diferentes regiões do país. Os problemas dessas regiões devem ser trazidos pelos Directores às reuniões de Direcção. O Presidente afirmou que vai registar essa passagem pelos vários clubes. Dos 114 clubes filiados, já visitou setenta por cento deles. Relativamente ao Seleccionador Regional, esclareceu que essa figura não existe. O que foi decidido pela Direcção foi a implementação de uma pessoa em cada uma das três maiores zonas do país. No ano passado, possibilitou-se que houvesse uma pessoa na zona Sul, recebendo os jovens no seu clube, possibilitando

R. Duarte
↑
K

ACTAS

36

treinos três vezes por semana, de forma gratuita. Foi o treinador escolhido para a zona Sul, para implementar este programa de apoio aos jovens. _____

O Delegado Ricardo Duarte refere que o Orçamento de 2018 prevê seis mil euros de verba para o Coordenador Regional Alentejo Algarve. _____

O Presidente da FPP esclareceu que o contrato-programa de 2018 ainda não está aprovado, e que os valores atribuídos serão seguramente inferiores aos solicitados, mas existe o plano de vir a existir essa pessoa, e avançou que o nome indicado foi Fernando Martins. Informou que as primeiras actividades efectuadas pela FPP, dentro do que foi enviado para o IPDJ, foi o estágio de seniores M1 e F1 que decorreu esta semana e o primeiro programa de detecção de talentos que irá decorrer no próximo fim-de-semana. Adiantou que o número de encontros que se irão realizar durante o ano, relativamente às camadas jovens, será o mesmo nas zonas Norte, Centro e Sul. Relativamente aos seniores, ainda não existe um número suficiente de jogadores a integrar o Top 20 das Selecções, logo ainda não é possível acontecer o mesmo. Será da responsabilidade da Directora de Selecções e do Director de Formação desenvolver esses projectos. Relativamente ao Padel Escolar, já foram assinados os protocolos com a Direcção Regional de Educação, já houve uma primeira actividade no Clube VII, já decorreram várias acções de formação de professores de educação física. _____

O Delegado Ricardo Duarte é da opinião de que se deveria apoiar financeiramente os jovens fora da região de Lisboa que se deslocam aos treinos de captação. _____

O Presidente da FPP referiu que a Federação não tem capacidade financeira para dar esse tipo de apoio. Referiu que irão existir dois treinos de captação de talentos no Algarve, dois no Porto e dois em Lisboa, ficando assim demonstrada a vontade de descentralizar e dar oportunidade a todos. _____

J

ACTAS

37

Terminados os assuntos constantes da Ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão às vinte horas e cinquenta minutos, sendo redigida a presente Acta que será assinada pelos elementos em função na Mesa da Assembleia Geral. _____

Secretária da Mesa da Assembleia Geral: Albino Botelho

Presidente da Mesa da Assembleia Geral: [Assinatura]